

São Paulo, 11 de setembro de 2023.

À Vossa Excelência o Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

Assunto: *Transparência de votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal*

O Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas¹, coalizão formada por 30 organizações² em defesa da transparência pública e da Lei de Acesso à Informação (LAI), vem manifestar publicamente sua preocupação e contrariedade às recentes declarações³ feitas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em defesa do voto sigiloso para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Durante transmissão ao vivo, realizada em 5 de setembro nas redes sociais, Lula defendeu que "a sociedade não tem que saber como vota um ministro da Suprema Corte. Não acho que o cara precisa saber, votou a maioria, não precisa ninguém saber. Porque aí cada um que perde fica com raiva, cada um que ganha fica feliz". Segundo o presidente, a mudança para um modelo de voto secreto seria para evitar a animosidade e intimidação contra ministros da corte por parte de cidadãos insatisfeitos com sua posição.

A proposta levantada por Lula representa um retrocesso significativo para a transparência pública e para a confiança dos cidadãos em nossas instituições democráticas, além de ser contrária aos preceitos constitucionais, que determina que "todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação".

A garantia da proteção e integridade dos ministros deve ocorrer por meio de medidas que fortaleçam o princípio da transparência pública, pilar fundamental da democracia. A visibilidade dos votos torna os ministros do STF mais responsáveis perante o público, pois estão sujeitos a avaliação e escrutínio pela sociedade acerca das informações e dos

¹ <<https://informacaopublica.org.br/>>.

² Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Associação de Jornalismo Digital (Ajour), Amazônia Real, ANDI – Comunicação e Direitos, ARTIGO 19 Brasil e América do Sul, Associação Contas Abertas, Brasil.io, Data Privacy Brasil, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Fiquem Sabendo, Greg Michener (pesquisador e professor – FGV-Rio), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto de Direito Coletivo (IDC), Instituto Ethos, Instituto de Governo Aberto, Instituto Millenium, Instituto Não Aceito Corrupção, Instituto Observatório Político e Socioambiental (OPS), Instituto Tecnologia e Sociedade (ITS-Rio), Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), Livre.jor, Open Knowledge Brasil, Observatório de Cidadania e Direitos Humanos – UNIR, Observatório da Ética Jornalística (ObjETHOS – UFSC), Projeto SOS Imprensa – UnB, Rede Nacional de Observatórios de Imprensa (Renoj), Rede Nossa São Paulo, Transparência Brasil, Transparência Partidária.

³

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/05/lula-fala-em-votacao-secreta-no-stf-para-reduzir-animosidade-sociedade-nao-tem-que-saber-como-vota-um-ministro.ghtml>>.

processos decisórios que afetam suas vidas e questões cruciais para a sociedade e rumos políticos do país. Além disso, o sigilo dos votos sujeita o processo decisório do tribunal mais importante da nação a influências indevidas, abrindo espaço para acordos ocultos ou pressões ilegítimas.

Sequer o modelo estadunidense, utilizado como suposta referência para a ocultação dos votos, utiliza este modelo. Nos Estados Unidos, todas as decisões da Suprema Corte são publicadas⁴ com o teor do voto e posição nominal de cada ministro. Aliás, é de um juiz estadunidense, Louis Brandeis, a célebre máxima de que, em questões públicas, a “luz do sol é o melhor desinfetante”.

Para o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, a declaração do Presidente é especialmente incompatível com a postura adotada ao longo de sua carreira política em defesa da democracia e da transparência, e com o tom crítico adotado durante a campanha presidencial, em oposição aos recorrentes ataques do governo Bolsonaro à transparência pública. O contexto atual tem imposto desafios significativos ao campo democrático sendo, portanto, essencial que nossos líderes políticos promovam, fortaleçam e ampliem a transparência, a prestação de contas e o respeito às suas instituições.

Instamos o Presidente Lula a reconsiderar sua posição e reafirmar seu compromisso com a transparência, de forma coerente com os valores democráticos. Esperamos que as autoridades mantenham posição e apontem o retrocesso evidente de tal proposta.

Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas

⁴ <<https://www.supremecourt.gov/opinions/slipopinion/22>>.